

Colaboração a cargo da  
**DIRECÇÃO-GERAL DOS SERVIÇOS INDUSTRIAIS**

**Nota de abertura**

**Política de desenvolvimento Industrial**

FERREIRA DO AMARAL

*Director-Geral dos Serviços Industriais*

Seguindo o rumo de sistemática cooperação internacional no sector industrial, tem-se observado rápido crescimento do trabalho operacional exercido no nosso País por entidades estrangeiras que aqui encontram óptimas condições de produção complementar, em especial nas modalidades ligadas à indústria de electrónica.

Como é de esperar, quando surgem soluções de continuidade em processos de desenvolvimento de rotina, com crescimentos e dimensão que ultrapassam a normalidade da vida sectorial, é nosso costume apreciar os fenómenos segundo conceitos ou pontos de vista pouco fundamentados em factos reais, ou criarem-se opiniões, muitas vezes descontraídas, que nem sempre servem ou coincidem com o interesse nacional.

Temos por propósito desenvolver este tema.

Para tanto, ousamos afirmar — como premissa — que, no sector industrial, o desenvolvimento económico *tem por ponto de apoio o incremento do produto interno e só este.*

Em muitos sectores da actividade secundária, referida em particular ao sector abrangido pelas indústrias do material eléctrico com relevo para as correntes fracas e, entre estas modalidades, com especial destaque para a electrónica em geral, na análise desse valor acrescentado na transformação operada, aparece-nos, como parcela preponderante (entre todas), a contribuição humana operacional relativa a todas as hierarquias do trabalho.

Já tem sido dito e redito que a estrutura do mercado interno de consumo (embora progressivo) não conduz a dimensão empresarial compe-

titiva, se aceitarmos como situação irreversível o ambiente de economia de mercado que indubitavelmente se perspectiva para o futuro. No caso do material eléctrico que estamos a considerar, a regra é indiscutivelmente aplicável.

Logo, ninguém pode ter dúvidas de que é condição necessária para o desenvolvimento do produto interno (inexistente, praticamente, o respectivo mercado nacional de consumo) que, para além das iniciativas conducentes à procura de trabalho sectorial em nossos territórios, elas intentem e consigam arrastar os produtos para novos mercados que não estão ao alcance (por deficiente dimensão comercial) de eventuais empresas nacionais.

Conclui-se, pois, que as grandes empresas mundiais, quando nos procuram para aqui exercerem parte da transformação operacional dos seus produtos de expansão internacional, trazem consigo a iniciativa, a técnica, o capital (no total ou em parte) e, essencialmente, a viabilidade de grandes produções competitivas, porque alcançam mercados de consumo a que não podem chegar as iniciativas portuguesas.

Que mais podemos legitimamente desejar, quando equacionamos uma rasgada política de incremento no produto interno e, portanto, de desenvolvimento económico?

Insistiremos com algum pormenor na observação dos factos e vamos analisar alguns aspectos dessa contribuição estrangeira no crescimento português.

Para já, não nos parece que seja necessário explicar melhor em que consiste a inviabilidade de

iniciativas industriais apoiadas em mercados inexistentes ou sub-dimensionados. Ninguém discorda ou pode legitimamente opinar na matéria de modo diferente: as iniciativas industriais que nos vêm de fora trazem consigo o mercado disponível, que não possuímos nem temos processo rápido de alcançar.

É verdade incontroversa que a investigação científica conduz a melhor técnica, incluindo aqui a preparação e a eficiência do trabalho humano.

Mas estes dois conceitos (investigação e técnica) não se confundem. A segunda é consequência directa da primeira mas, em si mesma, separada da investigação tecnológica, é factor independente e relevantíssimo de progresso.

Muitos esquecem que a técnica no trabalho industrial é forte contributo para o «produto» qualquer que seja a hierarquia da actividade exercida.

A valorização humana não se mede nem se deve apreciar apenas nos mais altos graus da hierarquia do trabalho intelectual. Um serralheiro, se a técnica o industrial e apoiar, pode evolucionar em si mesmo em termos de incrementar significativamente o produto do trabalho. Uma rapariga a quem a técnica industria na rendosa tarefa dos «bordados» das malhas dos «circuitos integrados» é por si, também, um novo factor do desenvolvimento económico.

O somatório desses valores humanos, aperfeiçoados e instruídos de técnica de trabalho muito especializado, são os grandes meios motores do desenvolvimento industrial. A valorização técnica evoluída, embora referida às actividades que exemplificamos em hierarquias subalternas do trabalho, constitui o factor decisivo e acessível do incremento, que se impõe seja muito rápido, do produto interno.

A boa técnica, quando aqui nos chega, deixa sempre benéficos efeitos: ensina a trabalhar, na generalidade, em quase todos os graus da contribuição humana na produção.

Insistimos em que essa valorização da produtividade do trabalho humano, dá os seus frutos de indiscutível e honroso efeito no progresso económico, mesmo que se polarize em órbita diferente do âmbito exclusivamente afecto a posições cimeiras da produção intelectual.

Se as grandes empresas nos trazem, pois, essa técnica desejável contribuem útilmente para a valorização da nossa economia.

Obviamente, se usam os meios operacionais portugueses para abastecimento dos seus próprios mercados, cedem-nos o que não temos e nos é essencial ao incremento da produção. Em resumo, assentemos, por simplificação de exposição, na situação limite seguinte: essas empresas vêm aqui aproveitar-se apenas do nosso trabalho.

Pois é efectivamente assim, no nosso entendimento.

E que mais há, entre a teoria dos factores significativos que podem servir honrosamente o nosso crescimento além da valorização industrial do trabalho português?

Não sabemos de países desenvolvidos onde se não trabalhe e muito.

Viver uma vida de paz podre à custa de rendimentos do Brasil foi solução económica e social que deu os seus frutos durante o século passado. E acabou.

Crescimento industrial exige trabalho; o valor acrescentado na produção é preponderantemente o rendimento desse trabalho. E, na actividade secundária, o desenvolvimento do «produto» coincide com o processo seguro do desenvolvimento económico.

Não sabemos de meios ou sistemas que possam ser mais úteis ao nosso desenvolvimento que aqueles que nos possam creditar *mercado* (que não temos), *capital* (que nos falta para os grandes empreendimentos infra-estruturais), *técnica* (que precisamos seja das mais evoluídas), viabilidade das iniciativas de grande projecção económica (que está fora da generalidade de dimensão das empresas nacionais).

Eis como se pode entender a política da cooperação internacional, como meio, entre os meios mais significativos que estão no rumo das nossas preocupações de desenvolvimento industrial.

Na electrónica o processo decorre com resultados verdadeiramente espectaculares. Assim se valoriza o trabalho dos portugueses, assim se incrementa — de forma notável — o produto nacional ■

## **Sistemas de classificação e sua aplicação às actividades incluídas na designação genérica de máquinas, aparelhos e outro material eléctrico**

CDU 338+341.12.621.3.002.2 (469)  
Economia industrial  
Organização Direito Internacional  
Fabrico de material eléctrico  
Portugal

### **CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS**

No ano de 1938, a extinta Sociedade das Nações publicou o seu relatório intitulado «Estatísticas da População Activa», contendo as recomendações da Comissão de Peritos Estatísticos, relativamente a uma classificação internacional por ramos de actividade económica.

Durante a década que se seguiu à publicação daquele relatório, especialmente em virtude dos

progressos verificados, resultantes da situação criada pela última conflagração mundial, observaram-se consideráveis alterações na estrutura económica de muitos países, pelo que alguns deles elaboraram classificações de actividades, novas ou revistas, para serem utilizadas nas suas estatísticas nacionais. Na sua primeira sessão, realizada em Janeiro de 1947, a Comissão de Estatística das Nações Unidas emitiu o parecer de que «o problema de assegurar, até onde for possível, a comparabilidade das estatísticas dos diferentes países